

ÍNDICE

<i>Ao Leitor</i>	21
CAPÍTULO 1 — HISTÓRIA DO COMÉRCIO E DO DIREITO COMERCIAL	
1.1. História do comércio e do Direito Comercial	25
1.2. Primeira fase (séculos XII a XVI) — mercados e trocas.....	26
1.3. Segunda fase (séculos XVII e XVIII) — mercantilismo e colonização	32
1.4. Terceira fase (século XIX) — liberalismo econômico	33
1.5. Quarta fase (atual) — Direito de Empresa	33
CAPÍTULO 2 — FONTES DO DIREITO COMERCIAL	
2.1. O Direito Comercial como ramo do Direito	35
2.2. Fontes do Direito Comercial.....	38
2.2.1. Fontes primárias.....	39
2.2.2. Fontes secundárias	40
CAPÍTULO 3 — COMERCIANTE E ATOS DE COMÉRCIO	
3.1. Introdução	45
3.2. Origens históricas	46
3.3. Atos de comércio	49
3.4. Questões preliminares — a importância do estudo diante da Teoria da Empresa	50
3.5. Sistemas de classificação — a adotada por Carvalho de Mendonça.....	54
3.6. A qualidade de comerciante no sistema dos atos de comércio...	57
3.7. A qualidade de empresário na Teoria da Empresa.....	61
CAPÍTULO 4 — EMPRESA E EMPRESÁRIO	
4.1. Formação do conceito de empresa	62
4.2. Conceito jurídico de empresa.....	64

4.3. Aspecto subjetivo — o empresário	69
4.3.1. Espécies de empresários	71
4.3.2. Condições para o exercício da atividade empresarial	72
4.3.3. Pessoas impedidas de exercer a atividade	74
4.4. Aspecto objetivo: o estabelecimento	79
4.5. Aspecto funcional: a atividade econômica organizada	79
4.6. Natureza jurídica	80

CAPÍTULO 5 — PERFIL OBJETIVO DA EMPRESA — O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

5.1. Conceito	82
5.2. Noção	83
5.3. O conceito de Oscar Barreto Filho	91
5.4. Definição legal	92
5.5. Natureza jurídica	92
5.5.1. Doutrina histórica	92
5.5.2. Teorias modernas	95
5.6. Elementos componentes do estabelecimento empresarial	98
5.6.1. Outros elementos considerados pela doutrina	99
5.6.2. O bem imóvel	100
5.6.3. Outras classificações consideradas pela doutrina	101
5.7. Cessão de estabelecimento empresarial	102
5.8. Título de estabelecimento	105
5.9. Domicílio e estabelecimento principal	106

CAPÍTULO 6 — ASPECTOS DO ESTABELECIMENTO: O AVIAMENTO E A CLIENTELA

6.1. Noções	109
6.2. Aviamento real e aviamento subjetivo	111
6.3. A tutela legal do aviamento	112
6.4. Clientela	112
6.5. Freguesia	112
6.6. Proteção legal à clientela	114
6.7. Cessão de clientela	116
6.8. A disputa judicial entre o Conde Álvares Penteado, a Companhia Nacional de Tecidos da Juta e a Companhia Paulista de Aniagem ...	117
6.9. Cláusulas de interdição de concorrência	120

CAPÍTULO 7 — O PONTO EMPRESARIAL

7.1. Noções	123
7.2. Renovação de contrato de locação — conceito	124
7.3. Origens.....	125
7.4. Renovação compulsória — requisitos	125
7.5. Requisito processual	127
7.6. Aspectos processuais	128
7.7. Defesas.....	128
7.8. Direito a indenização	129

CAPÍTULO 8 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: PATENTES DE INVENÇÃO E DE MODELOS DE UTILIDADE

8.1. Código da Propriedade Industrial: níveis de atuação.....	131
8.2. Convenção da União de Paris e organismos internacionais.....	132
8.3. Natureza jurídica.....	134
8.4. Noções e conceitos	134
8.5. Requisitos	135
8.5.1. A licitude.....	136
8.5.2. A novidade.....	140
8.5.3. A industriabilidade.....	142
8.5.4. Originalidade (a atividade inventiva).....	142
8.6. Exemplos	143
8.7. Patente.....	144
8.8. Processamento do pedido de concessão de patente	144
8.9. Cessão do pedido ou da patente.....	147
8.10. Licença voluntária.....	148
8.11. Licença compulsória	149
8.12. Invento de empresa	151
8.13. Invento livre ou do empregado.....	151
8.14. Invento comum, misto ou conexo	152
8.15. Quadro-resumo das espécies de invento, em relação a seu titular.	152
8.16. Extinção do privilégio.....	152

CAPÍTULO 9 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL

9.1. Noções.....	156
9.2. Requisitos.....	158
9.3. Registro.....	160

9.3.1. Prioridade e pedido	160
9.3.2. Exame formal.....	161
9.3.3. Processamento e decisão.....	162
9.3.4. Recurso	164
9.4. Certificado de registro.....	165
9.5. Proteção legal.....	165
9.6. Prazo para o exercício do direito	167
9.7. Extinção do registro.....	167
9.8. Cessão e direito de empregados.....	167

CAPÍTULO 10 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE MARCA E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

10.1. Conceitos.....	168
10.2. Funções das marcas.....	170
10.3. Classificações.....	171
10.4. Natureza jurídica.....	174
10.5. Requisitos	176
10.5.1. Sinais sem capacidade distintiva.....	177
10.5.2. Sinais que causam confusão ou engano — violem ou não direito protegido.....	180
10.5.3. Sinais que causam ofensa (inciso III)	187
10.5.4. Expressões afastadas da proteção (inciso VII)	187
10.6. Processo de concessão	189
10.6.1. Pedido	190
10.6.2. Exame formal preliminar.....	191
10.6.3. Oposições.....	191
10.6.4. Exame	191
10.6.5. Expedição de certificado.....	191
10.6.6. Resumo gráfico do procedimento de concessão de registro	192
10.6.7. Fluxograma do processo de registro	193
10.7. Direitos.....	194
10.8. Cessão de uso.....	195
10.9. Licença de uso e franquia	196
10.10. Extinção do registro	197

CAPÍTULO 11 — REGISTRO DE EMPRESA

11.1. Breve histórico	200
-----------------------------	-----

11.2. Finalidades do registro	201
11.3. Efeitos jurídicos	202
11.3.1. Efeitos jurídicos em relação à sociedade empresária	204
11.3.2. Efeitos decorrentes da personalidade jurídica	205
11.3.3. A qualidade de comerciante e de empresário e o registro de empresa	206
11.4. Órgãos do Registro de Empresa.....	207
11.5. Atos de registro	208
11.5.1. A matrícula	208
11.5.2. O arquivamento.....	210
11.5.3. A autenticação.....	211
11.5.4. Quadro-resumo	211
11.6. Proibições de arquivamento	213
11.7. Dispensa de registro	215
11.8. Simplificação de registro	215
11.8.1. Princípios legislativos: integração e articulação	215
11.8.2. Dinâmica procedimental	216

CAPÍTULO 12 — NOME EMPRESARIAL

12.1. Noções e definições.....	219
12.2. Natureza jurídica.....	220
12.2.1. O nome como direito de propriedade industrial.....	221
12.2.2. O nome como direito pessoal.....	222
12.2.3. O nome como direito pessoal derivado da concorrência desleal.....	223
12.2.4. A previsão constitucional	223
12.3. Distinções.....	224
12.4. Espécies	225
12.5. Direitos decorrentes do registro.....	226
12.6. Extensão da proteção do registro — o princípio da especialidade.....	228
12.7. Extensão da proteção do registro — o princípio da territorialidade.....	230
12.8. Colidência entre nome e marca — conclusões.....	231
12.9. Sistemas de formação do nome empresarial.....	231
12.10. Formação do nome.....	233
12.11. Nome empresarial de sociedade estrangeira	236
12.12. Alteração do nome empresarial.....	236

CAPÍTULO 13 — LIVROS EMPRESARIAIS

13.1. Noções	238
13.2. Princípios informadores.....	241
13.2.1. Fidelidade	241
13.2.2. Sigilo	241
13.2.3. Liberdade.....	244
13.3. Sanções penais decorrentes da ausência ou fraude na escrituração	244
13.3.1. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	245
13.3.2. Balanço omissivo ou com dados inexatos	245
13.3.3. Escrituração inexata, omissa ou adulterada e contabilidade paralela	246
13.3.4. Destruição de livros obrigatórios	247
13.4. Espécies de livros.....	248
13.5. Livro obrigatório comum.....	249
13.6. Livros obrigatórios especiais	251
13.7. Livros facultativos.....	252
13.8. Livros não empresariais obrigatórios.....	253
13.9. Requisitos dos livros	254
13.10. Livros obrigatórios e microempresa	254
13.11. Natureza jurídica dos livros	258
13.12. Valor probante dos livros — noções.....	259
13.13. Extensão da prova.....	259
13.14. A unidade dos lançamentos contábeis.....	262
13.15. A fé que se extrai dos livros mercantis.....	262
13.16. A recusa em apresentar os livros em Juízo.....	264

CAPÍTULO 14 — DIREITO SOCIETÁRIO — DAS SOCIEDADES EM GERAL

14.1. Noções.....	266
14.2. Personalidade jurídica.....	267
14.3. Efeitos da personalidade jurídica	268
14.4. Direitos da pessoa jurídica.....	270
14.5. Desconsideração da personalidade jurídica	271
14.6. Conceito de sociedade.....	273
14.7. Classificação das sociedades mercantis	275
14.8. Classificação das sociedades no sistema da empresarialidade.....	276
14.8.1. Sociedades não personificadas e personificadas	277

14.8.2. Sociedades simples e sociedades empresárias	277
14.8.3. Sociedades empresárias por natureza e empresárias por equiparação.....	277
14.8.4. Sociedades de pessoas e de capitais.....	277
14.8.5. Sociedades não identificadas por nome, identificadas por firmas, sociedades com denominação e sociedades com firma ou denominação	280
14.8.6. Sociedades dependentes de autorização	280
14.8.7. Sociedades nacionais e estrangeiras	281
14.8.8. Sociedade de capital fixo ou variável.....	283
14.8.9. Sociedades coligadas e não coligadas.....	284

CAPÍTULO 15 — RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE E DOS SÓCIOS — PRINCÍPIOS GERAIS

15.1. A responsabilidade das pessoas em geral.....	286
15.2. Responsabilidade primária e secundária.....	287
15.3. Unidade patrimonial do devedor.....	288
15.4. Unidade patrimonial — impenhorabilidade e estabelecimento empresarial	288
15.5. Unidade patrimonial e falência	289
15.6. Unidade patrimonial e a <i>pars conditio creditorum</i>	290
15.7. Responsabilidade dos sócios em decorrência da espécie societária	292
15.8. Tipos ordinários de responsabilidade.....	294
15.9. Quadro dos diversos tipos de responsabilidade do sócio	296
15.10. Responsabilidade extraordinária dos sócios	297
15.11. Responsabilidade por violação das regras societárias.....	298
15.12. Responsabilidade por fraude no uso da personalidade jurídica..	299
15.12.1. Fraude decorrente de constituição de sociedade entre marido e mulher	301
15.12.2. Ausência de patrimônio da sociedade	302
15.13. Sócio que, agindo com culpa ou dolo, pratica atos que causam prejuízos a terceiros.....	304

CAPÍTULO 16 — RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: INGRESSO, RETIRADA E FALÊNCIA

16.1. Outras situações de responsabilidade dos sócios solidários	308
--	-----

16.1.1. Sócio de responsabilidade ilimitada que ingressa por aumento do capital social e sócio que adquire cotas daquele que se retira.....	309
16.1.2. Sócio de responsabilidade ilimitada que se retira da sociedade antes da falência, cedendo ou não suas cotas sociais.....	311
16.1.3. Cláusula de exoneração.....	312
16.1.4. Falência e arrecadação de bens de sócios com responsabilidade ilimitada.....	313
16.1.5. Retirada e falência.....	315
16.2. Outras situações dos sócios de responsabilidade limitada.....	316
16.2.1. Responsabilidade pela integralização do capital.....	316
16.2.2. Responsabilidade limitada, porém excedente à mera integralização do capital social.....	318
16.2.3. Responsabilidade em caso de retirada.....	319
16.2.3.1. Responsabilidade em caso de retirada do sócio comanditário, na sociedade em comandita simples.....	319
16.2.3.2. Responsabilidade em caso de retirada do sócio cotista.....	319
16.2.3.3. Responsabilidade em caso de retirada do acionista.....	320
16.2.4. Responsabilidade em caso de ingresso.....	321
16.3. Resumo gráfico das responsabilidades por ingresso, retirada e falência.....	322

CAPÍTULO 17 — DA CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES EM GERAL — ASPECTOS COMUNS

17.1. Da constituição das sociedades em geral.....	323
17.2. Regras comuns aos contratos.....	323
17.3. Capacidade e ingresso de sócio menor no regime do Código Comercial.....	324
17.4. Capacidade e sócio menor no regime do Código Civil.....	326
17.5. Capacidade e consentimento.....	327
17.6. Objeto lícito.....	327
17.7. Objeto possível, determinado ou determinável.....	329
17.8. Forma prescrita ou não defesa em lei.....	329
17.9. Requisitos específicos.....	330
17.9.1. Pluralidade de sócios.....	330

17.9.2. Constituição do capital social	331
17.9.3. <i>Affectio societatis</i> (<i>animus contrahendi societatis</i>)	332
17.9.4. Coparticipação nos lucros e perdas.....	333
17.10. Cláusulas essenciais	334
17.11. Cláusulas acidentais	336

CAPÍTULO 18 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS

18.1. Sociedades não personificadas.....	337
18.2. As sociedades irregulares — sociedades em comum.....	337
18.3. A sociedade em conta de participação	339
18.4. A sociedade em conta de participação no Código Civil.....	342

CAPÍTULO 19 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — A SOCIEDADE SIMPLES

19.1. Sociedades simples e sociedades empresárias	345
19.2. Objeto da sociedade simples	346
19.3. Contrato social	348
19.4. Inscrição do contrato.....	348
19.5. Direitos e obrigações dos sócios	349
19.5.1. Dever de contribuir	349
19.5.2. Dever de probidade na gestão financeira	350
19.5.3. Direito-dever de coparticipação nos lucros e perdas...	351
19.5.4. Direito de participar das deliberações.....	352
19.5.5. Direito de fiscalização	352
19.5.6. Direito de retirada.....	353
19.5.7. Direito de participar do acervo, em caso de liquidação....	354
19.6. Administração da sociedade simples	355
19.6.1. Qualidade pessoal do administrador.....	355
19.6.2. Incompatibilidades e impedimentos	357
19.6.3. Formas de exercício	360
19.6.4. Natureza das funções	361
19.6.5. Deveres do administrador	362
19.6.6. Substituição	363
19.6.7. Poderes.....	364
19.6.8. Abusos dos poderes gerenciais	365
19.7. Responsabilidade da sociedade perante terceiros.....	369
19.7.1. Liquidação de quota de sócio	369

19.8. Resolução da sociedade em relação a um sócio	369
19.8.1. Resolução em virtude de morte	370
19.8.2. Resolução em virtude de exclusão.....	370
19.9. Dissolução da sociedade	372
19.10. Quadro-resumo	373

CAPÍTULO 20 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — AS SOCIEDADES EM NOME COLETIVO, EM COMANDITA SIMPLES E DE CAPITAL E INDÚSTRIA

20.1. As sociedades comerciais no Código Comercial de 1850 — generalidades	374
20.2. A sociedade de capital e indústria.....	377
20.3. Sociedade em nome coletivo	379
20.3.1. Natureza dos sócios.....	381
20.3.2. Responsabilidade dos sócios	381
20.3.3. Execução realizada por credor particular	381
20.3.4. Limitação de responsabilidade entre os sócios	382
20.3.5. Nome empresarial	383
20.3.6. Administração da sociedade.....	383
20.4. Sociedade em comandita simples	384

CAPÍTULO 21 — DAS SOCIEDADES LIMITADAS

21.1. Breve histórico e principal característica	389
21.2. Limites da responsabilidade dos sócios	390
21.2.1. Responsabilidade pela integridade futura do capital	390
21.2.2. Solidariedade pela integralização de todo o capital.....	391
21.2.3. Solidariedade pela integralização somente em caso de falência	392
21.2.4. Responsabilidade solidária no Código Civil	394
21.3. Responsabilidade ordinária dos sócios	394
21.3.1. Responsabilidade pessoal pela integralização.....	394
21.3.2. Responsabilidade solidária pela integralização de todo o capital social.....	395
21.3.3. Responsabilidade pela retirada da sociedade estando integralizado o capital social	396
21.3.4. Responsabilidade pelo ingresso	396
21.4. Aspectos característicos da sociedade limitada	397
21.4.1. Diferenciações em relação à sociedade simples.....	399

21.4.2. Ingresso de incapazes	401
21.5. Quotas sociais — natureza e direitos decorrentes	402
21.5.1. Número e forma de divisão de quotas	403
21.5.2. Divisibilidade e comunhão	403
21.5.3. Cessão das quotas	404
21.5.4. Penhorabilidade das quotas	406
21.6. Administração social	406
21.6.1. Nomeação e remuneração	407
21.6.2. Destituição e renúncia	408
21.7. Conselho fiscal	409
21.7.1. Atribuições do conselho fiscal	409
21.7.2. Condições pessoais, impedimentos e vedações do membro do conselho fiscal	409
21.8. Deliberações dos sócios	410
21.8.1. Obrigatoriedade	410
21.8.2. Formas de deliberação	411
21.8.3. <i>Quorum</i> para deliberação	411
21.8.4. Assembleia de sócios	411
21.8.5. Responsabilidades	412
21.9. Aumento do capital social	412
21.10. Redução do capital social	413
21.10.1. Redução em virtude de inadimplência de sócio re- misso ou sua exclusão	413
21.10.2. Redução do capital em virtude de perdas irrepará- veis	414
21.10.3. Redução do capital em razão de ser excessivo	414
21.10.4. Redução do capital em razão de retirada de sócio	415
21.11. Resolução da sociedade em relação a sócios	415
21.11.1. Retirada voluntária de sócio	416
21.11.2. Exclusão de sócio	416
21.11.3. Dissolução parcial de pleno direito	418
21.11.4. Direito de recesso	418
21.12. Empresa individual de responsabilidade limitada	419
21.13. Quadro-resumo	421

CAPÍTULO 22 — DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

22.1. Origens das sociedades por ações	422
22.2. Características das sociedades por ações	425

22.3. Sociedade em comandita por ações	425
22.4. Constituição das sociedades por ações	429
22.4.1. Requisitos preliminares	429
22.4.2. Denominação social	430
22.4.3. Fundadores	431
22.4.4. Constituição por subscrição pública ou privada	432
22.4.5. Primeiros administradores	435
22.4.6. Estatutos	436
22.4.7. Número de sócios	436
22.4.8. Capital social	437
22.5. Classificação das sociedades por ações	442
22.5.1. Sociedades abertas e fechadas	442
22.5.2. Sociedade de economia mista	445
22.5.3. Sociedade anônima multinacional	446
22.6. Elaboração e divulgação de demonstrações financeiras	449
22.6.1. Princípios da periodicidade, da anualidade e da competência exclusiva	449
22.6.2. Demonstrações financeiras comuns	451
22.6.3. Demonstrações financeiras especiais	455
22.6.4. Companhias abertas — extensão de obrigações	455
22.6.5. Quadro-resumo	456
22.7. Sociedades de grande porte	456

CAPÍTULO 23 — AÇÕES, ACIONISTAS E VALORES MOBILIÁRIOS

23.1. Capital social e ações	457
23.2. Valores da ação	459
23.2.1. Valor nominal	460
23.2.2. Ações sem valor nominal	461
23.2.3. Valor patrimonial ou contábil	462
23.2.4. Valor de mercado ou bolsístico	462
23.3. Certificado de ações e agente emissor	462
23.4. Custódia de ações	464
23.5. Certificado de depósito de ações	464
23.6. Sistema único de custódia	465
23.7. Constituição de direitos reais sobre as ações — o penhor	466
23.7.1. Usufruto	467
23.7.2. Fideicomisso	467
23.7.3. Alienação fiduciária	467

23.8. Dividendos	468
23.9. Obrigações do acionista — noções	469
23.10. Acionistas — exercício de direitos e retirada	470
23.10.1. Acionista controlador	470
23.10.2. Acionista dissidente	470
23.10.3. Acionista minoritário e acordo de acionistas	472
23.11. Direitos essenciais do acionista	472
23.12. Outros valores mobiliários — noções	473
23.12.1. Debêntures	474
23.12.2. Partes beneficiárias	481
23.12.3. Bônus de subscrição	482
23.12.4. <i>Commercial papers</i>	483

CAPÍTULO 24 — ÓRGÃOS DA SOCIEDADE POR AÇÕES

24.1. Órgãos sociais — espécies	485
24.2. Assembleia geral	485
24.2.1. Competência exclusiva	486
24.2.2. Espécies de assembleia	490
24.2.3. <i>Quorum</i> de instalação e de deliberação	493
24.2.4. Funcionamento da assembleia	497
24.3. Disposições comuns aos administradores	497
24.4. Conselho de administração	499
24.5. Diretoria	502
24.6. Conselho fiscal	502

CAPÍTULO 25 — REORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES

25.1. Aspectos gerais	504
25.2. Diferenças entre os procedimentos e efeitos	506
25.2.1. Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão	507
25.2.2. Direitos dos credores na transformação e responsabilidade dos sócios	507
25.2.3. Responsabilidade dos sócios na incorporação, fusão e cisão	508
25.2.4. Direito de recesso	509
25.2.5. Responsabilidade dos sócios não dissidentes	510
25.2.6. Resumo das responsabilidades das sociedades e de seus sócios	510
25.3. Procedimento exigido na incorporação, fusão e cisão	511

25.4. Procedimento exigido na transformação	514
25.5. Grupos de sociedades	516
25.5.1. Grupo de fato.....	516
25.5.2. Grupo de direito	517
25.5.3. Consórcio	518

CAPÍTULO 26 — DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES

26.1. Dissolução das sociedades em geral	520
26.2. Resolução da sociedade em relação a um ou mais sócios	521
26.3. Dissolução total da sociedade	522
26.3.1. Dissolução extrajudicial.....	522
26.3.2. Dissolução judicial	526
26.4. Falência	528
26.5. Dissolução das sociedades de capitais	530
26.5.1. Dissolução de pleno direito	530
26.5.2. Dissolução por decisão judicial	532
26.5.3. Dissolução por ato administrativo	533
26.6. Do rito processual da dissolução judicial.....	534
26.6.1. Da legitimidade.....	534
26.6.2. Dissolução por iniciativa do Ministério Público.....	535
26.6.3. Do pedido inicial e rito processual	536
26.6.4. Nomeação e destituição do liquidante	536
26.6.5. Atribuições do liquidante	538
26.6.6. Do inventário e da partilha.....	540
26.6.7. Partilha.....	542
26.6.8. Liquidação de empresa individual	542
26.7. Liquidação extrajudicial.....	543
<i>Bibliografia</i>	545
<i>Índice Onomástico</i>	555
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	559